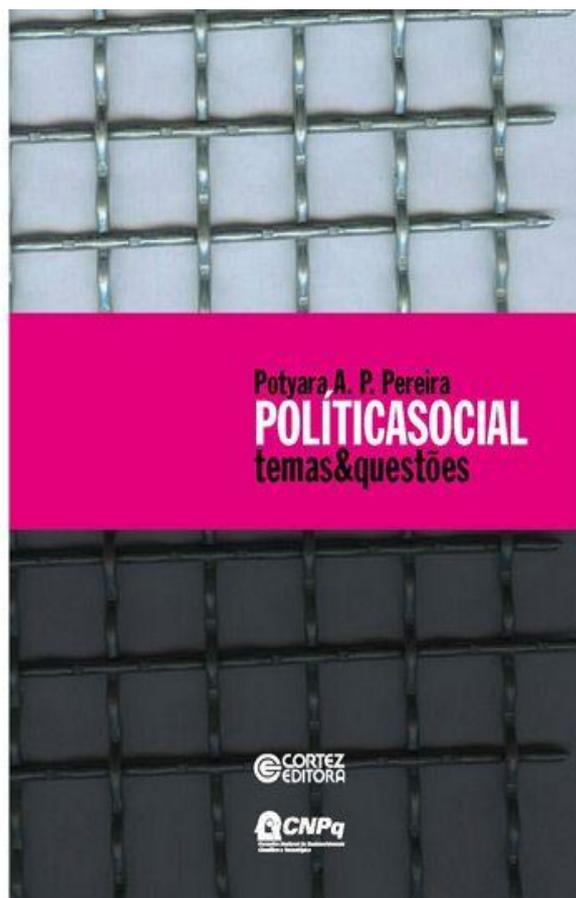


RESENHA

Política social e *Welfare State*: uma perspectiva histórico-dialética**Ricardo Pereira SOARES***

Universidade de Brasília (UnB)

**RESENHA**

PEREIRA, Potyara A. P. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008. 214 p. ISBN 9788524913914 (broch.)

BOOK REVIEW

PEREIRA, Potyara A. P. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008. 214 p. ISBN 9788524913914 (broch.)

* Assistente social, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. E-mail: rich.suarez@gmail.com

O livro é constituído de cinco capítulos. Cada capítulo apresenta um processo de construção teórica indispensável à compreensão das principais categorias de análise da obra em seu conjunto: política social e Welfare State (Estado de Bem-Estar), a partir de uma perspectiva histórica-dialética. A autora afirma que a política social é um “processo complexo e multideterminado, a par de ser contraditório e dinamicamente relacional” (p. 15). Assim, entre os temas e questões discutidos no texto, destacam-se os referentes às relações de antagonismo e de reciprocidade, ao mesmo tempo, entre capital x trabalho e Estado x sociedade, tendo como referência os paradigmas *marxistas* e *não marxistas* que as presidem.

O primeiro grande tema tratado e discutido diz respeito à controvertida identificação entre política social (*social policy*) e *Welfare State*. Para muitos, trata-se de fenômenos equivalentes pelo fato de o *Welfare State* ser um modelo estatal de intervenção que implantou e implementou sistemas de proteção social, especialmente a partir do segundo pós-guerra. Logo, ambos, constituiriam uma resposta combinada aos embates de classes, que tiveram seu ponto alto nos fins do século XIX no auge da segunda revolução industrial, no qual a classe operária conquistou direitos sociais. Como defensor desse posicionamento, a autora apresenta um pensador importante, Thomas Henry Marshall, conhecido como o teórico da cidadania, o qual considera o *Welfare State* e as políticas de seguridade (sociais) uma experiência inglesa que ganhou

propulsão após a Segunda Grande Guerra.

Além deste, a autora destaca outros estudiosos da política social, como Derek Fraser (1984) e Gaston Rimlinger (1971) que demonstram ser, o *Welfare State*, um fenômeno comum a vários outros países com características específicas de cada região, mas que teve sua “pré-história” nas *Poor Laws* (Lei dos Pobres) inglesas. Estas, por sua vez, datam do século XIV, com o objetivo principal de manter a ordem social, por meio de regulações assumidas pelo Estado, ao perceberem que a caridade cristã não daria conta de controlar a miséria generalizada. Assim, criaram-se leis que regulamentaram a perambulação de pessoas em busca de melhores ocupações (*Poor Law Acts*), as *Poor-houses* ou *Almshouses*, para abrigar pessoas incapazes para o trabalho, e as *Workhouses* destinadas aos pobres capazes de trabalhar. Mas, o marco diferencial entre estas iniciativas de controle dos pobres foi a criação do Sistema *Speenhamland* (mais tarde transformado em Lei), que “instituiu a idéia de direito do trabalhador (e não só do incapaz) à proteção social pública” (p. 68).

Sem encampar a visão evolutiva da política social, a autora considera que tanto teóricos marxistas como não marxistas (liberais, principalmente) concordam que o *Welfare State* surgiu no contexto da formação dos Estados nacionais e com o desenvolvimento do capitalismo que se transformou no modo de produção dominante após a Revolução Industrial. Contudo, apoiando-se em autores como Ramesh Mishra (1991), reconhece que o *Welfare*

State tem conotação histórica e institucional (normativa) específica, enquanto a política social, possui “caráter e escopo genéricos que lhe permitem estar presente em toda e qualquer ação que envolva intervenção do Estado” (p. 27) imbricado à sociedade. E, em tese, tal política teria como norte a satisfação de necessidades sociais, e não a rentabilidade econômica privada, fato que, sob o capitalismo, revelou-se altamente contraditório.

Com efeito, com a extensão da cidadania conquistada por setores organizados da sociedade, o *Welfare State* assumiu configuração social-democrata e adotou políticas sociais que visavam não apenas zelar pela ordem social estabelecida, punir a “vagabundagem”, ou se deixar reger, livremente, pelo mercado (*laissez-faire*), mas também prestar serviços e benefícios como direitos devidos. Segundo a autora, este foi o período em que a política social teve os seus melhores momentos como instrumento de concretização de direitos sociais, embora, pelo fato de ser contraditória, também passou a atender interesses do capital.

A partir desse ponto, Potyara Pereira traz à tona reflexões sobre a política social a partir do “*Paradigma dominante de Estado de Bem-Estar*”, que, conforme Roche (1992), contem três fases importantes, a saber: a defesa do pleno emprego, com John Maynard Keynes, como meio de regulação econômica e social; a construção da Seguridade Social, com William Beveridge, que uniu ações no âmbito da assistência social, saúde, trabalho e educação, com base no keynesianismo; e a sistematização dos

direitos de cidadania, com T. H. Marshall, que rompe com a visão que aliava a política social ao paternalismo.

Em sua construção lógica, a autora oportuniza - depois da reflexão sobre o *Welfare State* e a política social, que não se dá por findada aqui - uma discussão sobre as relações entre Estado e sociedade tendo como eixo analítico a política social. Para tanto, transita da concepção funcionalista, baseada em Émile Durkheim, para a visão marxista, amparada em Karl Marx, passando pela perspectiva compreensiva de Max Weber sobre o processo de regulação social que incumbe ao Estado indispensável relação com a sociedade. Nesse trânsito, observa que todos os três enfoques consideram o Estado um agente de dominação; mas, enquanto para o funcionalismo durkheimiano o Estado é agente de controle social (do Estado sobre o cidadão), para a sociologia compreensiva de Weber ele é a instituição que detêm o “monopólio legal da violência”. Em contrapartida, para a concepção marxiana (de Marx) o Estado é responsável pela garantia de uma estrutura de classes; por isso, no capitalismo, o bem-estar é incompatível com as condições burguesas de exploração do trabalho pelo capital. Todavia, afirma que tal pensamento, não impediu Marx de reconhecer que é possível à classe trabalhadora colocar limites ao despotismo do capital, no interior da sociedade burguesa; e é com base nesse pensamento, revelador da existência de contradições no capitalismo, que a autora, ao analisar o Estado com o intuito de conceituar a política social, toma como referência

moderna Gramsci e o último Poulantzas. Assim, para ela o Estado, na sua relação com a sociedade, é uma condensação de forças econômicas e extra-econômicas que operam dentro e fora do aparelho estatal tendo em vista a satisfação de interesses de classe contrários entre si.

Com base nessa dinâmica contraditória, a autora expõe as principais imprecisões conceituais existentes em torno da política social. Para subsidiá-la, recorre a Richard Titmuss, um dos pioneiros no esforço de conceituar política social, nos anos 1950. Resgata autores contemporâneos como Pete Alcock (1996), para quem a política social também é uma *disciplina acadêmica*, o que lhe confere possibilidade de possuir conhecimento próprio apesar de ter caráter multidisciplinar. Além disso, para Alcock, a política social é uma *política de ação* que atua no mundo real visando mudanças. A mudança intencional e informada por pesquisa é destaque na obra, pois, para Pereira, citando Titmuss, a política social é fundamentalmente um “princípio para a ação” (p. 171); por isso, ela “só terá sentido se quem o utiliza acreditar que deve (política e eticamente) influir numa realidade concreta que precisa ser mudada” (idem).

Recentemente, surgiram tendências e perspectivas de a política social mais ser protagonizada pelo *Welfare State*, mas sim pela *Welfare Society* (Sociedade de Bem-Estar), a partir da implantação do bem-estar pluralista ou misto, que prevê integração de três “parceiros”, a saber: o Estado, por deter o poder; o mercado, por possuir o capital; e a sociedade, por ser o *locus* da solidariedade. Este modelo,

contudo, esvazia papel do Estado como *garante* de direitos, segundo a autora.

Destarte, Pereira concluí que o *Welfare State* refere-se às instituições que visam cumprir objetivos de bem-estar social com inserção temporal e histórica bem definida, enquanto a política social, apesar de não ser a-histórica e a-temporal, é um processo longo e ubíquo que, além de mediar a contradição capital e trabalho, tem sido capturada tanto por regimes políticos democráticos quanto ditatoriais. Não é de estranhar que, na atualidade e em meio à decantada crise do *Welfare State* a política social esteja a serviço de pactos corporativos balizados pelo “princípio da subsidiariedade” com cunho voluntarista, que nega o bem-estar social como um direito do cidadão e dever do Estado.

Conclusão do resenhista

A obra fornece subsídios à compreensão de temas e questões que envolvem a política social e o *Welfare State*, para além do que é comumente estudado. Recupera criticamente autores, teorias, conceitos, história e ideologias que deram e dão sustentação aos diferentes modelos de *Welfare State* e de política social no transcurso da história econômica e política da humanidade, especialmente a partir do século XIX.

Assim, com sólidos conhecimentos acerca da origem e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar e da política social, a autora apresenta clara e detalhadamente as circunstâncias e características que nos levam a perceber:

as idéias básicas e as várias linhas de evolução histórica da conceituação e da ação dessa política e de como ela não é mesma coisa que o Welfare State. Da mesma forma, instiga-nos a descobrir quais as variantes teóricas (marxista e não marxista) que contextualizam e diferenciam as abordagens sobre o Estado Social, sociedade e as políticas desenvolvidas em cada concepção.

A leitura do livro não exige conhecimentos prévios, densos, para ser entendida. O método de exposição utilizado consegue esclarecer aos leitores os debates e contradições existentes em torno das duas categorias centrais do texto. Logo, com estilo claro o objetivo, da autora é alcançável em sua reflexão.

Finalmente, com o estudo dessa obra, podemos clarificar os fundamentos da política social e do *Welfare State* e ter a certeza que cada categoria analisada tem suas particularidades e objetivos próprios. A obra deve ser um dos livros básicos a constituir a biblioteca de quem pretende enveredar no estudo dos “temas e questões” discutidos.

Sobre a autora de *Política Social: temas e questões*

Potyara Amazoneida Pereira Pereira possui graduação em Serviço Social (1965) e Direito (1974). É Mestre (1976) e Doutora (1987) em Sociologia pela Universidade de Brasília- UnB e possui pós-doutorado (1991-1992) em Política Social pela Universidade de Manchester – Grã Bretanha. Atualmente é professora titular do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília,

coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social, líder do Grupo de Estudos Político-sociais – POLITIZA e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social - NEPPoS/CEAM da mesma Universidade. Além desta, tem como principais obras:

PEREIRA, Potyara A. P. *A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2008. Traduzido para o espanhol pela Biblioteca Latino Americana da Cortez Editora, em 2001.

PEREIRA, Potyara. A. P. et al (Org.). *Propostas alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

PEREIRA, Potyara. A. P.; BRAVO, Maria Inês S. (Org.). *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.